

 ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	16

Mensagem do Diretor-Presidente

No ambiente recessivo da economia Brasileira, o Banco Caixa Geral - Brasil adaptou a sua atuação. Em termos da carteira de crédito, o Banco reverteu a trajetória de forte expansão, que teve lugar até o ano de 2013 e diminuiu de forma sistemática a exposição a empresas de infraestruturas ou a empresas com elevado nível de exposição à retração da economia Brasileira. O BCG - Brasil focou a sua atividade creditícia no apoio a empresas portuguesas e a setores pouco expostos ao clima recessivo da economia Brasileira. O Banco continuou a focar a sua atuação na rentabilidade operacional com especial enfoque no controle de custos.

Contudo, o Banco investiu no negócio de Pessoa Física de forma a reforçar o relacionamento com a comunidade Luso-Brasileira. Este fortalecimento foi feito através de um aumento da equipe comercial, de uma oferta de produtos mais estruturada e de uma aproximação às comunidades portuguesas no Brasil - especificamente em São Paulo. Este negócio, de elevado potencial, é fundamental para transformar a percepção do Banco Caixa Geral - Brasil num Banco de Raiz Portuguesa e para fortalecer o Balanço do Banco, aproveitando a credibilidade do Grupo Caixa Geral de Depósitos nesta comunidade.

Em 2015, o Banco também mudou de instalações, com um "layout" mais funcional e que proporciona uma melhor utilização comercial. As novas instalações permitem simultaneamente um ganho de eficiência operacional e uma diminuição dos custos.

Considerando a ainda elevada concentração da carteira de crédito ao setor de infraestruturas e a setores com elevada exposição ao ambiente macroeconómico, o BCG - Brasil realizou de forma prudencial provisões de crédito de cerca de 81 milhões de reais em 2015. Desta forma, a melhoria dos resultados operacionais foi totalmente consumida pela necessidade de provisionamento da carteira de crédito.

Em finais de 2015, e considerando o ambiente adverso para o setor de infraestruturas bem como a fraca relação retorno/risco das operações de financiamento a projetos, foi decidido o encerramento das atividades de "Project Finance". O Banco também alterou a sua estrutura de forma a ser mais eficiente no seu esforço comercial. Com as medidas tomadas, os custos operacionais em 2016 devem manter-se constantes apesar da expectativa de uma inflação perto dos dois dígitos. O foco nos custos continua a ser de importância redobrada num ambiente de elevada incerteza económica.

Na atividade de Corretagem, o ano de 2015 foi o ano da virada. A atividade de Corretagem Institucional foi definitivamente encerrada e a operação de *Homebroker* da Rico (51% do Grupo CGD) observou o primeiro ano completo de operação após a fusão das atividades da CGD e da Rico em Outubro de 2014. As receitas médias diárias da Rico apresentaram uma evolução positiva ao longo de 2015 com um crescimento de quase 50%. O resultado da CGD Investimentos ainda teve uma contribuição negativa para os Resultados consolidados do Banco, relacionados com os custos de encerramento da atividade institucional. De realçar, que o resultado líquido obtido pela Rico em 2015 de R\$ 6,6 milhões ainda não foi considerado nos resultados do Banco em 2015.

Em finais de 2015, as operações da CGD Investimentos estavam reduzidas ao mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco. Assim, e considerando os contributos positivos dos resultados da Rico, o contributo da atividade de Corretagem para os resultados do Banco em 2016 deverá ser marginalmente negativo ou mesmo positivo.

Em resumo, o Banco está:

- a resolver os seus principais desafios: i) aumentar a sua rentabilidade operacional; e, ii) reestruturar a sua exposição à atividade de Corretagem;
- a posicionar-se como um Banco de Raiz Portuguesa, aproveitando o posicionamento do seu único acionista.

Contudo, o Banco está a ter que se adaptar à nova conjuntura económica Brasileira e reposicionar a sua carteira de crédito.

Aspectos Mais Relevantes de 2015

Relativamente à atividade individual do Banco, excluído os efeitos da sua participada CGD Investimentos:

- A carteira de crédito, incluindo garantias e títulos de crédito privado, totalizou um valor de R\$ 1,42 bilhões em 31 de Dezembro de 2015, uma queda de 6% quando comparada com 31 de Dezembro de 2014.
- Durante 2015 observou-se a diminuição da concentração na carteira de crédito, crescimento em setores menos correlacionados com a retração económica e o fortalecimento da atividade com empresas de raiz portuguesa. A carteira de operações de crédito no balanço totalizava R\$ 784 milhões no final do ano de 2015.
- A captação de recursos de terceiros encerrou 2015 com R\$ 1,53 bilhões, um crescimento de 43% quando comparado com 31 de Dezembro de 2014.
- As receitas da atividade bancária apresentaram uma evolução positiva em 2015. Quando comparadas com os períodos homólogos de 2013 e 2014 as receitas apresentaram um crescimento de 79% e 8%, respectivamente.
- Os custos da atividade bancária em 2015 tiveram uma redução de 3% quando comparados com o ano de 2014. Relembrar que nos últimos 12 meses a inflação acumulada foi de 10,7%. O indicador "Cost-to-Income" foi de 58% em 2015 versus 65% em 2014 e 85% em 2013.
- O resultado operacional no ano foi positivo em R\$ 40,2 milhões. Este valor representa uma melhoria de R\$ 8,7 milhões quando comparado com o ano de 2014 e um aumento de R\$ 34 milhões quando comparado com 2013.
- As provisões realizadas visam fazer face aos possíveis impactos decorrentes do cenário económico atual. Concentram-se em empresas dos setores de infraestruturas, construção e autopeças que tiveram forte expansão entre os anos 2012 e 2013. O total de provisões para crédito foi de R\$ 81,8 milhões em 2015 versus R\$ 11,7 milhões em 2014.
- Desta forma, a melhoria operacional foi consumida na sua totalidade no esforço de provisionamento. O Banco registrou a nível individual uma perda de R\$ 24,4 milhões.

No que se refere à atividade da Corretora CGD Investimentos (detida a 50% pelo BCG-Brasil):

- Em Julho de 2014 a CGD Investimentos anunciou a fusão da sua atividade de *Homebroker* com a Corretora Rico. No final de 2014 a corretora anunciou o encerramento das suas atividades de corretagem institucional, que teve lugar em Fevereiro de 2015.
- Decorrente ainda dos custos inerentes ao encerramento das suas atividades a corretora obteve um resultado negativo de R\$ 13,3 milhões em 2015 (versus um resultado negativo de R\$ 24,3 milhões em 2014).
- O esforço financeiro com o encerramento da corretora foi praticamente finalizado durante o primeiro semestre de 2015. Em 2016, a corretora mantém atividades operacionais mínimas relacionadas com as suas obrigações regulamentares.
- O reconhecimento por equivalência patrimonial de 50% dos resultados implicou uma contribuição negativa para os resultados consolidados do Banco de R\$ 6,6 milhões versus uma contribuição líquida negativa de R\$ 48,4 milhões em 2014 (dos quais R\$ 12,2 milhões relacionados com os resultados negativos da Corretora e o remanescente pela desconsideração do ágio na aquisição da corretora).
- Em 2015, a Rico obteve resultados líquidos positivos de R\$ 6,6 milhões.

Em termos Consolidados:

- O resultado do Banco foi negativo em R\$ 31 milhões em 2015 versus um resultado negativo de R\$ 41 milhões em 2014.
- O Património Líquido era de R\$ 313 milhões no final de 2015. O índice de Basileia, calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos no Brasil é de 16,5%.

Operações que Merecem Destaque

-Participação no processo de securitização de recebíveis para a **Companhia Paulista de Securitização - CPSEC**, que pertence ao Governo do Estado de São Paulo e coordenação de 2ª emissão de Debêntures em montante total de aproximadamente R\$ 6 bilhões.

-Estruturação do financiamento de R\$ 630 milhões, para um **projeto de construção e operação de um terminal de transbordo rodo-fluvial** no Estado do Pará.

-Estruturação do financiamento de R\$ 115 milhões, para um **projeto de produção de óleo de palma** no Estado do Pará, **com uma empresa portuguesa como principal acionista**;

-Assessoria financeira na venda de um **laboratório farmacêutico** nacional para empresa nacional do setor;

-Assessoria financeira na venda de uma **empresa no setor de energia renovável** nacional para empresa nacional do setor;

-Participação de USD 11,5 milhões em 3 Operações de Pré-Pagamento de Exportações sindicalizadas e R\$ 20 milhões em Operação de Cédula de Crédito à Exportação sindicalizada para **empresas do setor agrícola**;

-Financiamento de R\$ 25 milhões em operação de Nota de Crédito à Exportação para **empresa do setor agrícola**;

-Assessoria financeira na elaboração de um laudo de avaliação para **empresa de energia renovável** (parques eólicos e PCHs), com capacidade de geração acima de 600MW.

-Financiamento de R\$ 30 milhões em operação de Cédula de Crédito Bancário à **empresa de construção civil portuguesa**.

Contexto Económico - 2015

Economia Brasileira

O ano de 2015 foi bastante difícil para a economia Brasileira. A atividade sofreu importante desaceleração devido a uma conjunção desfavorável de fatores: o esgotamento do modelo do governo baseado fortemente em consumo e participação do Estado na economia, a queda global de commodities, e os escândalos de corrupção em estatais envolvendo grandes empresas privadas, em especial do setor de infraestrutura, e até instituições financeiras do país.

O otimismo do início do ano, com o anúncio de nova equipe econômica, mostrou-se de curta duração, uma vez que pouco foi realizado para alterar o modelo de desenvolvimento econômico. Os números fiscais não apresentaram a evolução esperada, terminando o ano com déficit primário de cerca de 2% do PIB, frente a uma meta original de superávit de 1,2% do PIB.

O crescimento foi constantemente revisado para baixo ao longo do ano, com as últimas previsões próximas de -3%. A taxa base de juros atingiu 14,25%, saindo de um patamar de 11,75%, no início do ano, como esforço para conter uma inflação ainda resistente (10,67% acumulada no ano). O desemprego deverá ter terminado o ano próximo a 9%. Do lado positivo, o déficit em conta-corrente apresentou ajuste relativamente mais rápido do que esperado, vindo de 4,3% do PIB em 2014 para aproximadamente 3,5% em 2015. Em termos de variáveis de mercado, o Real teve desvalorização próxima a 33% ante o dólar, acompanhando o movimento global da moeda americana, potencializado pelos fatores domésticos. A bolsa de valores apresentou queda de 13,5% no ano, revertendo no segundo semestre tendência favorável apresentada no início do ano. As taxas de juros futuras tiveram grande reprecificação, inicialmente apenas nos prazos mais curtos, mas em um segundo momento também nos vencimentos mais longos, principalmente refletindo as constantes decepções com o cumprimento da meta fiscal.

Economia Portuguesa

O crescimento económico da Área Euro, de acordo com as Estimativas do Outono da Comissão Europeia, registrou uma expansão de 1,7% devido, sobretudo, ao contributo da procura interna. O desempenho das economias periféricas foi igualmente positivo, registrando-se um regresso a terreno de expansão da Itália, e o forte aumento do crescimento em Espanha e em especial, na Irlanda. O desemprego na região registrou uma nova redução em 2015, pelo segundo ano consecutivo. A taxa de desemprego média, até novembro, fixou-se em 10,9%, menos um ponto percentual do que em igual período de 2014.

De acordo com as projeções divulgadas pelo Banco de Portugal no seu Boletim Económico de dezembro, a economia portuguesa registrou em 2015 um crescimento igualmente positivo, o que sucedeu pelo segundo ano consecutivo. Contribuiu fortemente para isso o comportamento da procura interna. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego, relativa ainda ao terceiro trimestre de 2015, encontra-se nos 11,9%, o que representa o registro mais baixo em cinco anos e uma redução de 1,6 ponto percentual desde o final de 2014.

Atividade e Estratégia

O Banco Caixa Geral - Brasil ("Banco") é controlado a 100% pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos, maior grupo bancário de Portugal com um Património Líquido de cerca de R\$ 26,3 bilhões e presença em 23 países.

Grupo CGD	(Milhões de reais) ⁽¹⁾	
	Dezembro	
	2014	2015
Património Líquido	27.597	26.283
Ativos Totais	425.676	428.859
Índice de Basileia	12,9%	12,2%

BCG Brasil	(Milhões de reais)	
	Dezembro	
	2014	2015
Património Líquido	354	313
Ativos totais	1.497	1.505
Índice de Basileia	19,5%	16,5%

⁽¹⁾ Os valores foram convertidos para reais, utilizando a cotação de R\$ 4,2503 para 1 Euro, do dia 31 de Dezembro de 2015.

O Banco desenvolve as suas operações no Brasil focando-se na atividade de Corporate & Investment Banking em alguns nichos selecionados e sem rede de agências, atendendo três segmentos de clientes: empresas, pessoas físicas e investidores institucionais.

Áreas de Negócios	Oferta
Corporate Banking	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamentos e Empréstimos em moeda local e moeda estrangeira - incluindo os de comércio exterior • Desconto de Recebíveis • Garantias • Repasses do BNDES e BNB
Investment Banking	<ul style="list-style-type: none"> • Fusões e Aquisições • Financiamentos Estruturados • Operações de Mercado de Capitais (Dívida e Ações)
Tesouraria	<ul style="list-style-type: none"> • Derivativos • Câmbio Spot
Pessoas Físicas e Investidores Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Títulos BCG Brasil (CDB, Letra Financeira, LCI, LCA e DPGE II) • Distribuição de Valores Mobiliários Estruturados pelo BCG Brasil (Debêntures, CRI, FIDCs) • Câmbio Spot

Atendendo clientes em todo o Brasil, o Banco desenvolve seus negócios com dois pilares de atuação:

- Fomentar a atividade *cross border* entre o Brasil e os países onde o Grupo Caixa Geral de Depósitos está presente. Ou seja: i) fomentar a presença dos seus clientes internacionais no desenvolvimento ou implantação de suas atividades no Brasil; ii) estender a seus clientes Brasileiros o apoio da rede internacional do Grupo Caixa Geral de Depósitos para assessorar e financiar as atividades comerciais e de investimentos que eles tenham na Europa, África e China; e iii) apoiar a comunidade Luso-Brasileira em termos de serviços financeiros.
- Apoiar empresas Brasileiras onde a dimensão e as áreas de atuação do BCG-Brasil possam acrescentar valor no desenvolvimento das suas atividades.

Desempenho - Exercício de 2015

Ativos - Carteira de Crédito

A carteira total de crédito, que inclui títulos de crédito privado e garantias, teve uma contração no período (6%), passando de R\$ 1.509 milhões em Dezembro de 2014, para R\$ 1.415 milhões em Dezembro de 2015. Esta redução está em linha com a atitude prudente que o Banco vem apresentando desde Junho de 2014.

Para o BCG-Brasil, o exercício de 2015 foi marcado por uma alteração na carteira de crédito com diminuição da concentração e uma aposta seletiva em setores menos correlacionados com a desaceleração econômica bem como em empresas de raiz Portuguesa.

A carteira de operações de crédito no balanço totalizava R\$ 784 milhões em 31 de Dezembro de 2015, crescimento de 9%, resultado do amadurecimento das relações comerciais com a atual base de clientes, e também da conquista de novos clientes.

Em Dezembro de 2015, a Administração do Banco decidiu por reforçar as suas provisões de crédito de forma prudencial para fazer face aos possíveis impactos que possam ocorrer face ao cenário económico atual.

(Milhões de reais)

Carteira de Crédito Bruto - "Incluindo Garantias"	Dezembro			Δ %	Δ Montante
	2013	2014	2015		
Operações de Crédito	552	720	784	9%	65
Outros Créditos - Cessões	14	6	15	144%	8
TVM (Títulos de Créditos Privados) - Debêntures e Notas Promissórias	92	170	62	-63%	(107)
Garantias, Fianças e Avais	599	613	555	-10%	(58)
Total Carteira de Crédito Bruta	1.257	1.509	1.415	-6%	(93)

Provisões de Créditos	Dezembro			Δ %	Δ Montante
	2013	2014	2015*		
Provisões para Crédito de liquidação duvidosa	6	17	33	98%	16
Provisões para Outros Créditos de liquidação duvidosa	-	-	13	16,571%	14
Provisão para risco de créditos de garantias e fianças prestadas	3	2	3	22%	2
Total	9	19	49	155%	30

(*) Em 2015 foi feita baixa de ativos de crédito no valor de R\$ 45 milhões, caso contrário o valor total de provisões em balanço seria de R\$ 94 milhões.

Captação de Recursos

O Banco vem crescendo consistentemente sua Captação de Recursos de Terceiros, tendo encerrado o exercício de 2015 com R\$ 1.527 milhões, o que representou um crescimento de 43% quando comparado com os R\$ 1.065 milhões de Dezembro de 2014.

A melhoria da conjuntura econômica Portuguesa teve um impacto positivo no aumento das captações, bem como a captação com recursos incentivados (LCI, LCA e LF), que cresceram 98% quando comparados com o período anterior (R\$ 181,9 milhões em Dezembro de 2015 versus R\$ 91,8 milhões em Dezembro de 2014).

O Banco manteve a política de utilizar captações externas, aproveitando oportunidades de arbitragem entre taxas internas e taxas externas. Estas captações geraram liquidez de médio e longo prazo para o Banco, a taxas bastante competitivas.

O Caixa Livre do Banco em 31 de Dezembro de 2015 era R\$ 633 milhões. Adicionalmente, o Banco tinha linhas disponíveis e não utilizadas, (incluindo linhas junto do Grupo CGD) de aproximadamente R\$ 950 milhões. Ou seja, o Banco tinha um excedente de Liquidez no Balanço e Fora do Balanço de cerca R\$ 1,6 bilhão, 806% do Património líquido em 31 de Dezembro de 2015.

Considerando o excesso de Liquidez, o Banco irá prosseguir no esforço de alongamento do prazo de captação bem como redução do seu custo de captação.

No segundo semestre de 2014, o Banco assinou com o International Finance Corporation - IFC um financiamento de longo prazo que impulsionou a estratégia comercial do Banco de apoiar projetos nos setores de energias renováveis, eficiência energética, eficiência no uso de recursos hídricos e redução de emissão de CO².

O financiamento obtido junto ao IFC no montante de R\$ 67 milhões e com prazo final de 5 anos, permitiu ao Banco Caixa Geral - Brasil ampliar a oferta de linhas de crédito mais longas, a custos competitivos e representou uma demonstração de confiança do IFC no modelo de negócios e na Governança Corporativa do Banco.

No primeiro semestre de 2015, o Banco aderiu a outro programa de financiamento do IFC, o Global Trade Finance Program, obtendo uma linha de USD 20 milhões, pelo prazo de 1 ano.

(Milhões de reais)

Carteira de Captação de Recursos de Terceiros	Dezembro			Δ %	Δ Montante
	2013	2014	2015		
Repasso BNDES	20	21	87	317%	67
CDB	358	305	319	5%	14
CDI	134	288	169	-41%	(119)
Empréstimo no Exterior	107	238	604	154%	366
IFC	-	67	68	0%	-
Letra Financeira	7	6	3	-52%	(3)
Saldo Conta-Corrente	6	9	11	20%	3
Captações no Mercado Aberto	139	55	88	59%	34
LCI	17	76	104	38%	30
LCA	-	-	75	-	76
Total	789	1.065	1.527	43%	462

Resultado do Banco (individual)

Destaca-se, no exercício de 2015, o resultado operacional alcançado pelo Banco de R\$ 40,2 milhões. Este valor compara-se com um resultado positivo de R\$ 31,5 milhões no exercício de 2014.

Este resultado é justificado: a) pela evolução positiva das Receitas da atividade bancária que, comparadas com o período homólogo de 2014, apresentaram um crescimento de 8%; e, b) pela contenção dos custos recorrentes que reduziram no período em 3,3%, versus o mesmo período homólogo de 2014, sendo a inflação acumulada nos últimos 12 meses de 10,7%.

Por questões prudenciais foi decidido realizar uma provisão de crédito para fazer face aos possíveis impactos que possam ocorrer face ao cenário econômico atual. O total de provisões para crédito foi de R\$81,8 milhões versus R\$ 11,7 milhões em 2014.

(Milhões de reais)

Demonstrações do Resultado Gerencial	Dezembro			Δ %*	Δ Montante*
	2013	2014	2015		
Receitas:	53,8	89,7	96,5	8%	6,8
Custos	(47,6)	(58,2)	(56,3)	-3%	1,9
Resultado Operacional	6,2	31,5	40,2	28%	8,7
Provisões	(0,6)	(11,7)	(81,8)	-	(70,1)
Resultado antes dos impostos	5,6	19,8	(41,6)	310%	(61,4)
Impostos diretos e indiretos	(3,5)	(12,4)	17,2	-	29,6
Lucro líquido	2,1	7,4	(24,4)	430%	(31,8)

(*) Variação: dezembro 2014/dezembro 2015.

Contribuição de Participadas (CGD Securities)

Desde Junho de 2012, o Banco detém 50% do capital da CGD Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, a qual opera sob a marca "CGD Securities". Outra entidade do Grupo CGD - o Caixa Banco de Investimento (Portugal) detém os restantes 50%.

Em Junho de 2014, a CGD Investimentos anunciou a fusão das suas atividades de HomeBroker com a Rico, plataforma de investimentos da Octo CTVM. Desta operação resultará, sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a detenção de 51% das ações da Octo CTVM por parte do Grupo CGD. A iniciativa baseia-se em um acordo que unifica o atendimento aos clientes de ambas por meio de uma única plataforma.

Juntas, as empresas formam a segunda maior corretora independente de varejo do Brasil, com 90 mil clientes. O anúncio é fruto da estratégia de crescimento das companhias, colaborando com a consolidação do mercado.

No final do segundo semestre de 2014, a CGD Investimentos informou o encerramento das atividades de corretagem institucional no Brasil. Esta decisão foi tomada a partir da análise do cenário econômico para este setor, atualmente pouco favorável ao perfil de serviços oferecidos pela Corretora.

Decorrente ainda dos custos inerentes ao encerramento das suas atividades no 1º semestre de 2015, a corretora obteve um resultado negativo de R\$ 13,3 milhões no exercício de 2015 (versus um resultado negativo de R\$ 24,3 milhões no mesmo período em 2014). O esforço financeiro com o encerramento da corretora foi praticamente finalizado durante o 1º semestre de 2015.

Resultado Consolidado

Quando consolidada a equivalência patrimonial do seu Investimento correspondendo a 50% do capital da Corretora (CGD Investimentos) de - R\$ 6,6 milhões, o Resultado Consolidado do Banco Caixa Geral - Brasil para o exercício de 2015 foi de - R\$ 31,0 milhões, o que compara com - R\$ 41,0 milhões apurado no exercício de 2014.

Após a amortização integral do ágio, ocorrido no final do exercício de 2014, a posição de 50% do Banco na CGD Investimentos estava contabilizada no Balanço consolidado do Banco por um valor de R\$ 0,6 milhões em Dezembro de 2015 versus R\$ 7,2 milhões em Dezembro de 2014.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Banco Caixa Geral - Brasil totalizou R\$ 313 milhões em Dezembro de 2015, comparado a R\$ 354 milhões em Dezembro de 2014. A redução no período está diretamente relacionada ao reforço de provisão prudencial constituída pelo Banco, no segundo semestre de 2015, para a sua carteira de crédito para fazer frente aos possíveis efeitos que poderão advir do cenário econômico atual.

Índice de Basileia

A mensuração do capital regulamentar é efetuada de acordo com o Método Padronizado de Basileia III considerando: i) risco de crédito; ii) risco de mercado; e iii) risco operacional. O índice de Basileia, calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos no Brasil, composto pelo Banco e CGD Investimentos é de 16,5% versus 19,5% no final do exercício de 2014.

O Banco Caixa Geral - Brasil mantém a base de capital adequada para dar livre curso ao crescimento dos seus ativos projetado para os próximos anos.

Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2015, o Banco Caixa Geral - Brasil possuía 80 colaboradores, mesmo número de colaboradores do final do exercício de 2014. O Banco estruturou a sua equipe de base com executivos de grande experiência profissional no Brasil e no exterior, os quais estão contribuindo para que a instituição seja eficiente e competitiva nos seus nichos de atuação. Em parceria com a CIEE - Centro de Integração Empresa - Escola, o Banco contava com 17 estagiários em Dezembro de 2015, cooperando assim para a formação de novos profissionais no setor bancário.

Governança Corporativa

O Banco Caixa Geral - Brasil possui um Conselho de Administração que conta com membros independentes e com vasta experiência na área financeira e corporativa. Além disso, o Conselho de Administração conta com o suporte dos comitês técnicos de Auditoria e Remuneração, ambos integrados por membros do Conselho de Administração, sendo o Comitê Técnico de Auditoria presidido por um dos membros independentes, o qual revisou e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de Dezembro de 2015.

Em atendimento à Resolução 3.988 do Banco Central do Brasil, a gestão de capital é realizada com o apoio do Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico de Capital do Banco.

Gestão de Riscos

A função de Riscos no Banco Caixa Geral - Brasil é independente das áreas de negócios e mantém vínculo funcional com a Diretoria de Riscos da Caixa Geral de Depósitos. A gestão de riscos foi estruturada com base numa Gerência de Riscos de Crédito e numa Gerência de Riscos de Mercado, Liquidez e Operacional. A gestão de riscos do Banco apoia-se nos seguintes princípios:

- Independência da função de riscos;
- Envolvimento da Alta Administração nas tomadas de decisão;
- Manutenção de um perfil de risco conservador e baixa volatilidade em relação aos riscos de crédito e de mercado, os quais são monitorados com base em critérios de concentração por clientes, setores, produtos, prazos - entre outros.

O Banco Caixa Geral - Brasil, através da sua área de Controlos Internos, vem atendendo todos os requisitos das autoridades de supervisão, bem como da sua Matriz, além de focar-se no contínuo aperfeiçoamento das estruturas do Banco.

Agências de Rating

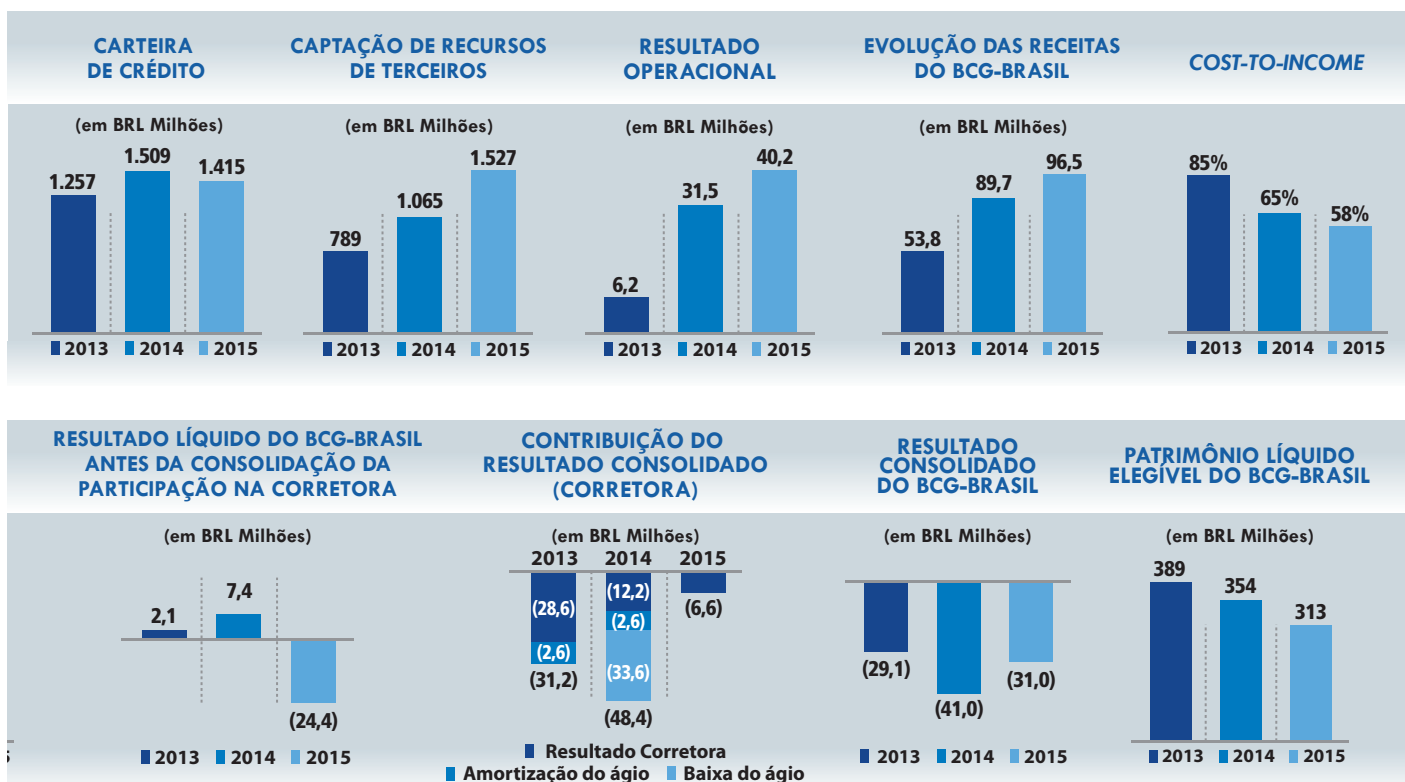
O Banco possui os seguintes ratings:

- Fitch Ratings desde 2011
 - Rating Nacional de Longo Prazo A- (bra)
 - Rating Nacional de Curto Prazo F2 (bra)
- RiskBank também efetua análise e scoring do Banco desde 2010
 - Classificado como "baixo risco no médio prazo"

Agradecimentos

A Administração do Banco Caixa Geral - Brasil agradece aos clientes que em nós depositam confiança, ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos pelo apoio recebido, aos seus funcionários pelo compromisso e dedicação e, aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

A Administração



ATIVO	Nota	2015	2014	PASSIVO	Nota	2015	2014
Circulante		1.232.635	620.455	Circulante		1.348.843	728.733
Disponibilidades	4	2.970	15.953	Depósitos	16.a	432.983	448.089
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	566.516	182.345	Depósitos à vista		10.551	8.768
Aplicações em operações compromissadas		541.289	155.593	Depósitos interfinanceiros		169.195	288.077
Aplicações em depósitos interfinanceiros		25.227	26.752	Depósitos a prazo		253.237	151.244
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		104.667	191.270	Captações no Mercado Aberto	16.b	87.698	55.160
Carteira própria	6.b	100.175	164.747	Carteira própria		67.637	55.160
Vinculados à prestação de garantias	6.b	-	11.947	Carteira livre movimentação		20.061	-
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	4.492	14.576	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16.c	160.942	68.306
Relações Interfinanceiras		166	603	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		98.112	64.246
Créditos vinculados		124	90	Obrigações por emissão de letras de crédito agronegócio		61.651	-
Relações com correspondente		42	513	Obrigações por emissão de letras financeiras		1.179	4.060
Operações de Crédito		250.025	209.102	Relações Interdependências		404	102
Operações de crédito		250.025	209.102	Recursos em trânsito de terceiros		404	102
Setor privado	9.c	277.119	211.699	Obrigações por Empréstimos e Repasses		505.740	105.011
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.d	(27.094)	(2.597)	Repasses do país - Instituições oficiais	16.d	61.456	22
Outros Créditos		307.853	20.009	BNDES		60.928	-
Créditos para avais e fianças honrados	9.a	23.581	-	Finame		528	22
Carteira de câmbio	10	200.606	1.762	Empréstimos no exterior	16.e	444.284	104.989
Rendas a receber	12	2.328	4.798	Instrumentos Financeiros Derivativos	7	37.571	12.953
Negociação e intermediação de valores		27.864	-	Instrumentos financeiros derivativos		37.571	12.953
Diversos	11	66.311	13.526	Outras Obrigações		123.505	39.112
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.d	(12.837)	(77)	Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		576	331
Outros Valores e Bens		438	1.173	Carteira de câmbio	10	90.530	19
Despesas antecipadas		438	1.173	Fiscais e previdenciárias	17.b	24.499	10.116
Realizável a Longo Prazo		863.476	875.763	Negociação e intermediação de valores		19	16.755
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		455.434	372.955	Diversas	17.c	7.881	11.891
Carteira própria	6.b	50.881	129.868	Exigível a Longo Prazo		436.994	420.153
Vinculados a compromissos de recompra	6.b	62.844	55.173	Depósitos	16.a	66.012	153.487
Vinculados à prestação de garantias	6.b	312.231	154.573	Depósitos a prazo		66.012	153.487
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	29.478	33.341	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16.c	20.926	13.474
Operações de Crédito		379.568	492.691	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		6.349	11.593
Operações de crédito		379.568	492.691	Obrigações por emissão de letras de crédito agronegócio		12.902	-
Setor privado	9.c	385.760	506.898	Obrigações por emissão de letras financeiras		1.675	1.881
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.d	(6.192)	(14.207)	Obrigações por Empréstimos e Repasses		252.691	220.997
Outros Créditos		28.139	10.117	Repasses do país - Instituições oficiais	16.d	25.107	20.733
Rendas a receber	12	1.285	-	BNDES		16.980	11.347
Diversos	11	26.854	10.117	Finame		8.127	9.386
Outros Valores e Bens		335	-	Empréstimos no exterior	16.e	227.584	200.264
Despesas antecipadas		335	-	Instrumentos Financeiros Derivativos	7	92.497	28.322
Permanente		4.403	8.930	Instrumentos financeiros derivativos		92.497	28.322
Investimentos		555	7.182	Outras Obrigações		4.868	3.873
Participação em controlada	13	555	7.182	Sociais e estatutárias	17.a	171	171
Outros investimentos		2	2	Fiscais e previdenciárias	17.b	2.048	1.344
Provisão para perdas		(2)	(2)	Diversas	17.c	2.649	2.358
Imobilizado de Uso	14	3.321	1.286	Resultado de Exercícios Futuros		1.749	2.070
Outras imobilizações de uso		4.234	2.353	Rendas antecipadas		1.749	2.070
Depreciações acumuladas		(913)	(1.067)	Patrimônio Líquido		312.928	354.192
Diferido		-	142	Capital social	20.a	400.000	400.000
Gastos de Organização e Expansão		-	1.653	De domiciliados no exterior		400.000	400.000
Amortizações Acumuladas		-	(1.511)	Reservas de lucros		-	-
Intangível	15	527	320	Ajuste ao valor de mercado - TVM		(12.894)	(2.656)
Outros ativos intangíveis		1.665	1.322	Prejuízos acumulados		(74.178)	(43.152)
Amortizações acumuladas		(1.138)	(1.002)	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.100.514	1.505.148
Total do Ativo		2.100.514	1.505.148				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros			Ajuste ao valor de mercado - TVM	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Especial de Lucros	Expansão			
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	400.000	1.978	-	24.967	(7)	(29.101)	397.837
Destinação para constituição de reserva (nota 20.c)	-	-	24.967	(24.967)	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	(2.649)	-	(2.649)
Absorção de prejuízo com reservas (nota 20.c)	-	(1.978)	(24.967)	-	-	26.945	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(40.996)	(40.996)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	400.000	-	-	-	(2.656)	(43.152)	354.192
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	(10.238)	-	(10.238)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(31.026)	(31.026)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	400.000	-	-	-	(12.894)	(74.178)	312.928
Saldos em 30 de Junho de 2015	400.000	-	-	-	(3.365)	(47.224)	349.411
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	(9.529)	-	(9.529)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	-	(26.954)	(26.954)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	400.000	-	-	-	(12.894)	(74.178)	312.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
		2º Semestre	Exercício
Receitas da Intermediação Financeira		194.988	318.768
Operações de crédito		54.646	105.341
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		69.361	121.932
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	70.981	91.495
Despesas da Intermediação Financeira		(217.955)	(323.286)
Operações de captações no mercado		(54.523)	(104.169)
Operações de empréstimos e repasses		(15.071)	(27.493)
Resultado de operações de câmbio		(93.571)	(120.012)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	(54.790)	(71.612)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(22.967)	(4.518)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(28.382)	(50.258)
Receitas de prestação de serviços	24	8.395	19.804
Resultado de participação em controlada	13	(2.390)	(6.627)
Despesas de pessoal		(20.387)	(36.142)
Outras despesas administrativas	25	(10.923)	(20.849)
Despesas tributárias	26	(4.309)	(7.187)
Outras receitas (despesas) operacionais	27	1.232	743
Resultado Operacional		(51.349)	(54.776)
Resultado Não Operacional		(479)	(479)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		(51.828)	(55.255)
Imposto de Renda e Contribuição Social	19.a	24.874	24.229
Provisão para imposto de renda		(1.564)	(6.272)
Provisão para contribuição social		(1.445)	(4.355)
Ativo fiscal diferido		27.883	34.856
Prejuízo Líquido do semestre/exercício		(26.954)	(31.026)
Prejuízo por ação no final do semestre/exercício (R\$)		(25,12)	(28,91)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco") é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento. O Banco é o sucessor legal do Banco Financeiro Português - "em Liquidação Ordinária". Em 3 de dezembro de 2008, foi transformado em banco múltiplo e teve a sua liquidação ordinária suspensa. Em 1º de abril de 2009, o Banco iniciou suas operações como banco de atacado e de investimento. O Grupo Caixa Geral de Depósitos, por meio de suas controladas, Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Brasil) e Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), adquiriram a Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("Banif CVC"), por meio dos seguintes eventos:

(a) A CGD Participações em Instituições Financeiras ("CGD Participações"), controlada pelo Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Banco) e pela Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), em partes iguais, em conformidade com as condições previstas no "Acordo de Investimento e de Compra e Venda de Ações", celebrou em 2 de junho de 2010 e aditamentos posteriores, a aquisição de 70% do capital social da Banif CVC.

(b) Em 12 de julho de 2010, o Banco deteve 588.821 quotas, livres de ônus e encargos, equivalentes a 50% do total das quotas representativas do capital social da CGD Participações, com efeitos a partir de 1º de junho de 2010. Nessa mesma data, a entidade Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal) passou a deter os 50% restantes das quotas da CGD Participações.

(c) Em 26 de agosto de 2011, foi assinado o Decreto Presidencial do Governo Brasileiro, que aprovou a participação estrangeira da CGD Participações, no capital social da Banif CVC.

	Nota	2015	2014
		2º Semestre	Exercício
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais			
Lucro líquido ajustado no semestre/exercício		10.672	22.272
Prejuízo líquido do semestre/exercício		(26.954)	(31.026)
Ajustes ao prejuízo líquido:		37.626	53.298
Amortização e baixa do ágio	25	-	36.245
Depreciações e amortizações	25	230	458
Baixa ativo permanente		579	579
Resultado da participação em controlada (Reversão)/provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	13	2.391	6.627
Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	27.b	(184)	511
Provisão para crédito tributário e impostos e contribuições diferidos		54.790	71.612
Provisão para desvalorização de títulos livres		(27.884)	(34.856)
Provisão para contingências fiscais	27.b	4.391	5.625
Reversão para contingências cíveis e trabalhistas	27.a	413	721
Provisão para Despesas Pessoal		-	(292)
Variações dos Ativos e Obrigações		466.331	348.685
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		2.900	2.021
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		408.227	(3.368)
(Aumento) em operações de crédito		11.888	77.055
Redução em outros créditos		27.722	13.348
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(108.043)	(267.535)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências (ativas/passivas)		(71)	398
(Redução) aumento em depósitos		602	739
(Redução) aumento em captação no mercado aberto		(1.221)	(102.581)
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		(160.536)	32.538
Redução em outras obrigações		41.067	100.088
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(5.937)	65.902
Aumento em resultados de exercícios futuros		251.919	432.422
Disponibilidades Líquidas Aplicadas nas Atividades Operacionais		714	(321)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		477.003	370.957
Alienação do diferido		-	-
Alienação de imobilizado de uso		-	14
Aplicações no imobilizado de uso		(2.324)	(2.329)
Aplicações no intangível		(748)	(809)
Disponibilidades Líquidas Aplicadas nas Atividades de Investimentos		(3.072)	(3.138)
Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa		473.931	367.819
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		81.078	187.190
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício		555.009	555.009
Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa		473.931	367.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(d) Em 9 de abril de 2012, o Banco Central do Brasil - BACEN aprovou a transferência do controle acionário (70% da participação acionária) da CGD Investimentos, por meio da aquisição de ações do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. para a CGD Participações.

(e) Conforme Ata de Assembleia Extraordinária em 10 de maio de 2012 e Comunicado do Banco Central do Brasil de 8 de junho de 2012, que alterou e aprovou, respectivamente, a denominação social de Banif Corretora de Valores e Câmbio S.A. para CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("CGD Investimentos").

(f) Em 11 de junho de 2012, a CGD Participações adquiriu as ações remanescentes (30% da participação do Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.) tornando-se o único acionista. Dessa forma, o Banco, através da sua controlada CGD Participações, passou a deter 50% do capital social da referida Corretora em conjunto com o Caixa Banco de Investimento, S.A. (Portugal), o qual igualmente passou a deter 50% do capital.

(g) Em 31 de outubro de 2012, como parte da reestruturação societária do Grupo, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação, de forma reversa, da totalidade do acervo líquido da controladora CGD Participações pela controlada CGD Investimentos. A incorporação, amparada por laudo elaborado por peritos independentes, com base em balanço levantado em 30 de junho de 2012, foi efetivada pela absorção de todos os ativos e passivos da CGD Participações, que se extinguiu, tendo sido sucedida pela CGD Investimentos em todos os seus bens, direitos e obrigações (nota 13). Dessa forma, o Banco passou a deter participação direta de 50% do capital social da CGD Investimentos. Essa operação foi aprovada em 29 de abril de 2013 pelo Banco Central do Brasil. Em julho de 2014, a CGD Investimentos anunciou a fusão das suas atividades de HomeBroker com a Rico, plataforma de investimentos da Octo CTVM. Desta operação resultará, sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil, a detenção de 51% das ações da Octo CTVM por parte do Grupo CGD. Esta operação permitirá que a atividade de corretagem passe a ser uma contribuição positiva para os resultados do Banco no médio prazo. No final do segundo semestre de



2014, a CGD Investimentos informou o encerramento das atividades de atacado no Brasil. Esta decisão foi tomada a partir da análise do cenário econômico para este setor, atualmente pouco favorável ao perfil de serviços oferecidos pela Corretora.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - Conselho Monetário Nacional - CMN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, embora nem todos tenham sido homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- b) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- c) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- d) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11;
- e) CPC 23 - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- f) CPC 24 - Divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; e
- h) CPC 00 (R1) - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. Normas aprovadas e ainda não vigentes:
- i) CPC 33 - Benefícios a empregados - homologado pela resolução CMN nº 4.424/15, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN aprovará os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, nem se a adoção dos mesmos será feita de maneira prospectiva ou retrospectiva. A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração do Banco em 16 de fevereiro de 2016.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pró-rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revisados, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda. Em 31 de dezembro de 2014, a Administração do Banco avaliou os ativos intangíveis e decidiu pela baixa do ágio referente à participação no capital da CGD Investimentos (nota 13. a).

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação

São avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do semestre.

(ii) Títulos disponíveis para venda

Contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM".

(iii) Títulos mantidos até o vencimento

São adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do semestre. Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, swaps e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios:

- **Operações a termo:** pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras;
- **Operações de futuros:** os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do exercício;
- **Operações de swaps:** os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pró-rata" dia até a data das demonstrações financeiras;
- **Opções:** os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do exercício; e (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

g) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pró-rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Banco no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos.

h) Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

i) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

j) Permanente

- **Investimentos:** A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição. O ágio com fundamento na previsão de resultados futuros da controlada era amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificavam ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões. O ágio constituído pela aquisição de intangíveis classificava-se, de acordo com suas características, em uma das seguintes condições:

- (i) se decorrente de capital aplicado na aquisição de direitos cuja existência ou exercício tenha duração limitada era amortizado em consonância com o prazo estimado de verificação do evento que o determinou ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de decorrido o prazo estimado de amortização;

- (ii) se decorrente de capital aplicado na aquisição de direitos cuja existência ou exercício tenha duração indeterminada era mantido ativado até a verificação do evento que o determinou ou, quando baixado o investimento, por alienação, perda ou extinção. Se, em qualquer oportunidade o valor contábil foi notoriamente superior ao valor de mercado, apurado por processo de avaliação ou pesquisa de mercado, era constituída provisão para adequar o valor contábil ao valor de mercado.

- **Imobilizado de uso:** É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica dos bens, sendo as principais taxas anuais: 10% para instalações, móveis e utensílios e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados.

- **Intangível:** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- **Ativos e passivos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;



• **Provisão para risco** - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

• Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e

• **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

I) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda até 31 de agosto de 2015. A partir do mês de setembro de 2015, conforme a Lei nº 13.169/15, a alíquota da contribuição social passou para 20% do lucro antes do imposto de renda para o período base compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos" sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

m) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

n) Estimativas contábeis

A elaboração de informações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas

no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos, determinação da vida útil remanescente de ativos tangíveis, sistemas e ativos e direitos intangíveis, bem como da apropriação das despesas de depreciação e amortização e o registro de créditos tributários e as análises de "impairment". A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Disponibilidades	2.970	15.953
Aplicações em operações compromissadas (nota 5)	541.289	155.593
Aplicações interfinanceira de liquidez (nota 5)	10.750	15.644
Total de caixa e equivalente de caixa	555.009	187.190

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2015			2014		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.750	14.477	25.227	15.644	11.108	26.752
Aplicações em operações compromissadas (*)	541.289	—	541.289	155.593	—	155.593
Total	552.039	14.477	566.516	171.237	11.108	182.345

(*) Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações em operações compromissadas possuíam vencimento em janeiro e fevereiro de 2016, indexado a IPCA + 6%.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Títulos para negociação:

	2015		2014	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Letras do Tesouro Nacional - LTN	48.356	48.339	101.151	100.019
Notas do Tesouro Nacional - NTN	28.424	28.452	520	514
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	5.019	5.019	—	—
Debêntures	14.868	14.901	—	—
Títulos privados - renda variável	—	—	1.747	1.600
Total de títulos para negociação	96.667	96.711	103.418	102.133
Títulos disponíveis para venda:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (*)	1.999	1.999	1.759	1.759
Letras do Tesouro Nacional - LTN	356.701	332.981	220.790	216.332
Notas Promissórias	—	—	72.802	72.802
Debêntures (**)	100.557	94.440	124.020	123.282
Total de títulos disponíveis para venda	459.257	429.420	419.371	414.175
Total de títulos e valores mobiliários	555.924	526.131	522.789	516.308

(*) Em dezembro de 2014, os Títulos estavam bloqueados em garantia (nota 18.a)

(**) Em dezembro de 2015, o Banco possui provisão para a realização de Debêntures, no montante de R\$ 6.393 (R\$ 769 em 2014).

b) Composição por prazo de vencimento

Títulos para negociação

	2015		2014	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 3 a 12 meses	48.356	48.339	48.814	48.592
De 1 a 3 anos	—	—	39.802	39.215
Acima de 3 anos	—	—	12.535	12.212
Notas do Tesouro Nacional - NTN				
De 3 a 12 meses	1.541	1.544	—	—
De 1 a 3 anos	20.205	20.209	520	514
Acima de 3 anos	6.678	6.699	—	—
Total de títulos públicos	76.780	76.791	101.671	100.533
Títulos privados				
Renda variável				
Sem vencimento	—	—	1.747	1.600
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)				
Acima de 3 anos	5.019	5.019	—	—
Debêntures				
Acima de 3 anos	14.868	14.901	—	—
Total de títulos privados	19.887	19.920	1.747	1.600
Total de títulos para negociação	96.667	96.711	103.418	102.133
Títulos disponíveis para venda				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT				
Até 3 meses	—	—	1.759	1.759
De 1 a 3 anos	1.999	1.999	—	—
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 1 a 3 anos	279.765	260.314	—	—
Acima de 3 anos	76.936	72.667	220.790	216.332
Total de títulos públicos	358.700	334.980	222.549	218.091
Debêntures				
Vencidas	724	—	—	—
Até 3 meses	1.672	1.673	—	—
De 3 a 12 meses	1.790	1.791	—	—
De 1 a 3 anos	38.868	38.818	72.459	71.690
Acima de 3 anos	57.503	52.158	51.561	51.592
Notas Promissórias				
De 3 a 12 meses	—	—	72.802	72.802
Total de títulos privados	100.557	94.440	196.822	196.084
Total de títulos disponíveis para venda	459.257	429.420	419.371	414.175
Circulante (*)	100.853	100.175	177.979	176.694
Realizável a longo prazo	455.071	425.956	344.810	339.614
Total de títulos e valores mobiliários	555.924	526.131	522.789	516.308

(*) Os títulos classificados na categoria "negociação" estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento.

c) Custódia dos títulos e valores mobiliários: Os títulos públicos no montante de R\$ 411.771 (R\$ 318.624 em 2014) estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC, os títulos privados no montante de R\$ 114.360 (R\$ 91.898 em 2014) estão custodiados na CETIP S.A. - Mercados Organizados e os títulos privados - renda variável no montante de R\$ 1.600 em 2014 na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLIC. **d) Valor de mercado:** Para os títulos públicos classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "negociação" o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. O valor de mercado das ações de companhias abertas é obtido por meio de coletas dos seus preços de fechamento divulgados pela BM&FBOvespa. Para os demais títulos que compõem a carteira e que não possuem preços médios divulgados, a Administração do Banco adota como parâmetro para cálculo do valor de mercado, o valor obtido mediante técnica interna de precificação. Os títulos públicos e privados registrados na categoria "disponíveis para venda" resultaram em ajuste negativo no montante de R\$ 23.444 (R\$ 4.427 em 2014). O impacto no patrimônio líquido do Banco foi de R\$ (12.894) (R\$ (2.656) em 2014), líquidos dos efeitos tributários.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	2015			2014		
	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado	Valor de custo	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado
Swap - diferencial a receber	15.514	14.325	29.839	25.700	14.986	40.686
Swap - diferencial a pagar	(38.413)	(76.580)	(114.993)	(22.102)	(18.159)	(40.261)
Total Swap	(22.899)	(62.255)	(85.154)	3.598	(3.173)	425
NDF - a receber	12.547	(8.416)	4.131	6.348	883	7.231
NDF - a pagar	(3.951)	(11.124)	(15.075)	(1.052)	38	(1.014)
Total NDF	8.596	(19.540)	(10.944)	5.296	921	6.217
Total	(14.303)	(81.795)	(96.098)	8.894	(2.252)	6.642

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de Swap, Non Deliverables Forward - NDF, Futuros e Opções, sendo registradas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos e na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela BM&FBOVESPA.

b) Composição do valor de referência por vencimento

	2015					2014				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Swap - posição ativa	11.700	20.339	94.774	355.421	482.234	8.673	150.465	315.906	415.328	890.372
Swap - posição passiva	309.355	394.395	666.848	563.715	1.934.313	7.144	193.299	401.647	557.699	1.159.789
NDF - posição ativa	45.976	51.188	-	-	97.164	474.379	6.935	-	-	481.314
NDF - posição passiva	788.639	36.426	-	-	825.065	6.696	-	-	-	6.696
Futuros - posição comprada	-	1.325.155	440.831	35.405	1.801.391	497.576	160.984	180.979	25.359	864.898
Futuros - posição vendida	-	705.383	772.363	280.235	1.757.981	48.828	120.104	741.284	152.860	1.063.076
Total	1.155.670	2.532.886	1.974.816	1.234.776	6.898.148	1.043.296	631.787	1.639.816	1.151.246	4.466.145

c) Composição por indexador

	2015			2014		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
Operações de Swap						
Posição ativa	29.839	-	482.234	40.686	-	890.372
CDI x IPCA	13	-	4.243	9	-	500
CDI x LIBOR 1	848	-	29.400	279	-	6.500
CDI x PRÉ	5.052	-	39.554	1.017	-	46.127
DÓLAR x LIBOR	-	-	-	17.449	-	323.570
DÓLAR VENDA x CDI	-	-	-	6.361	-	45.038
DÓLAR VENDA x LIBOR	9.471	-	123.273	-	-	-
DÓLAR VENDA x LIBOR 1	12.808	-	173.486	-	-	-
EURO BCE x CDI	-	-	-	8.306	-	22.875
IPCA x CDI	1.229	-	49.840	5.168	-	49.840
LIBOR 1 x DÓLAR VENDA	16	-	20.398	132	-	98.692
LIBOR 2 x DÓLAR VENDA	41	-	10.000	-	-	-
PRÉ x CDI	152	-	21.300	1.965	-	297.230
PRÉ x DÓLAR VENDA	209	-	10.740	-	-	-
Posição passiva	-	(114.993)	1.934.313	-	(40.261)	1.159.789
CDI x DÓLAR	-	-	-	-	(11.887)	104.486
CDI x DÓLAR VENDA	-	(11.622)	77.183	-	-	-
CDI x IPCA	-	(1.048)	65.058	-	(4.943)	50.000
CDI x LIBOR 1	-	(2.535)	5.398	-	-	-
CDI x LIBOR 2	-	(1.456)	10.000	-	-	-
CDI x PRÉ	-	-	-	-	(16)	17.386
LIBOR x DÓLAR VENDA	-	(8.224)	123.273	-	-	-
LIBOR 1M x DÓLAR	-	-	-	-	(13.444)	433.314
LIBOR 1 x DÓLAR VENDA	-	(9.615)	448.301	-	-	-
PRÉ x CDI	-	(77.879)	1.194.706	-	(9.971)	554.603
PRÉ x DÓLAR VENDA	-	(2.614)	10.394	-	-	-
Total de operações de Swap	29.839	(114.993)	2.416.547	40.686	(40.261)	2.050.161
Operações de NDF						
Posição ativa	4.131	-	97.164	7.231	-	481.314
Posição passiva	-	(15.075)	825.065	-	(1.014)	7.696
Total de operações de NDF	4.131	(15.075)	922.229	7.231	(1.014)	488.010
Operações de Futuros						
Posição comprada	28.118	(2)	1.801.391	21	(14.949)	864.898
DDI	12.947	-	932.491	-	(4.526)	289.140
DI1	-	-	-	21	-	59.744
DOL	15.167	-	868.239	-	(10.423)	516.014
EUR	4	-	223	-	-	-
IND	-	(2)	438	-	-	-
Posição vendida	781	(1.033)	1.757.981	1.149	(1.343)	1.063.076
DDI	42	-	106.786	382	-	38.542
DI1	739	-	1.436.632	-	(1.331)	964.882
DOL	-	(818)	202.074	70	-	14.615
EUR	-	(215)	12.489	697	-	36.968
T10	-	-	-	-	(12)	8.069
Total de operações de Futuros	28.899	(1.035)	3.559.372	1.170	(16.292)	1.927.974
Total	62.869	(131.103)	6.898.148	49.087	(57.567)	4.466.145

d) Valor de referência por local de negociação

	Bolsa BM&FBovespa	Balcão (Cetip)	Total 2015	Bolsa BM&FBovespa	Balcão (Cetip)	Total 2014
Operações de swap	1.397.089	1.019.458	2.416.547	1.105.762	944.399	2.050.161
Operações de NDF	-	922.229	922.229	-	488.010	488.010
Futuros - posição comprada	1.801.391	-	1.801.391	864.898	-	864.898
Futuros - posição vendida	1.757.981	-	1.757.981	1.063.076	-	1.063.076
Total	<u>4.956.461</u>	<u>1.941.687</u>	<u>6.898.148</u>	<u>3.033.736</u>	<u>1.432.409</u>	<u>4.466.145</u>

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes. Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores. **e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:** Informamos a seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) que impactaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015.

	2º Semestre de 2015			Exercício de 2015			Exercício de 2014		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
Swap	141.382	(214.075)	(72.693)	252.877	(349.356)	(96.479)	116.156	(121.492)	(5.336)
NDF	130.528	(251.590)	(121.062)	234.780	(410.103)	(175.323)	70.580	(99.950)	(29.370)
Opções	48	-	48	48	-	48	37.274	(36.834)	440
Contrato de futuros	1.279.338	(1.014.650)	264.688	2.050.466	(1.687.217)	363.249	689.576	(632.948)	56.628
Total	<u>1.551.296</u>	<u>(1.480.315)</u>	<u>70.981</u>	<u>2.538.171</u>	<u>(2.446.676)</u>	<u>91.495</u>	<u>913.586</u>	<u>(891.224)</u>	<u>22.362</u>

f) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia na BM&FBovespa e CBL das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 tem a seguinte composição:

	2015	2014
Títulos e valores mobiliários - Carteira própria		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	312.231	164.761
Total	<u>312.231</u>	<u>164.761</u>

A rubrica "Vinculados à prestação de garantias" é composta também por Letras Financeiras do Tesouro - LFT no montante de R\$ 1.759 em 2014 vinculadas a depósitos judiciais (nota 18.a).

g) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as estruturas de "hedge de risco de mercado" são compostas por contratos futuros, com valor atualizado de R\$ 509.693 (R\$ 224.843 em 2014) e vencimentos que variam de janeiro de 2016 a outubro de 2018 (janeiro de 2015 a outubro de 2018), e visam proteger o Banco das flutuações nas captações efetuadas em moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas, tendo sido registrados (perdas) ou ganhos no valor de R\$ 89.087 (R\$ 24.914 em 2014), os quais foram registrados diretamente no resultado do exercício. O valor de mercado das captações no exterior é de R\$ 444.529 (R\$ 237.891 em 2014) e está classificado como objeto de "hedge de risco de mercado". O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado do exercício como despesa é de R\$ 2.941 (R\$ 3.042 em 2014). O valor de mercado das aplicações em operações compromissadas é de R\$ 56.713 e está classificado como objeto de "hedge de risco de mercado". O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$ 2. A efetividade das estruturas do "hedge de risco de mercado" é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para "hedge" e do instrumento objeto de "hedge". A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente durante o período. As operações acima não representam a exposição global do Banco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

8. GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas. O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco. A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção.

I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities"). A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados. O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado. As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

• **Valor em Risco (VaR - Value at Risk):** medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;

• **Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse):** técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da BM&FBovespa ou própria);

• **Alerta de Stop Loss:** Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas baseada em gatilhos;

• **Sensibilidade (BPV):** impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais. Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Banco. Em 31 de dezembro de 2015, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R\$ 988.

II - Risco de Crédito: O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração. A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira. No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo. São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital. No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessário.

III - Risco Operacional: O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado. Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do CMN, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração. A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas. A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz - a Caixa Geral de Depósitos - para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos. A partir de 01 de julho de 2008 entrou em vigor a legislação do BACEN obrigando as instituições financeiras a alocar capital para risco operacional. O Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico.

IV - Risco de Liquidez: O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O *Stress Test* de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO). Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrazil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco.

**9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

As informações da carteira de crédito, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação

	2015	2014
Capital de giro	575.511	697.801
Financiamento - Finame	8.674	9.422
Financiamento - BNDES	78.694	11.374
Total de operações de crédito com característica de concessão de crédito	662.879	718.597
Outros créditos e títulos a receber (*)	14.849	6.098
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 10)	97.282	1.575
Créditos para avais e fianças honradas	23.581	—
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	798.591	726.270
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.286)	(16.804)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(12.837)	(77)
Total da provisão	(46.123)	(16.881)
Circulante	372.900	216.708
Realizável a longo prazo	379.568	492.681

(*) Em 31 de dezembro de 2015, referem-se às operações de títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito adquiridas sob a forma de cessão de crédito sem coobrigação no montante de R\$ 14.849 (R\$ 6.098 em 2014) com vencimento final em janeiro de 2016 (janeiro de 2015 em 2014) (nota 11).

b) Composição da carteira por setor de atividade

	2015	2014
Sector Privado:		
Indústria	276.038	200.961
Comércio	66.657	110.625
Outros	455.896	414.684
Total	798.591	726.270

c) Composição da carteira por vencimento

	2015						2014	
	A vencer						Total	Total
	Vencida	01 a 31 a	91 a 180	181 a 360	Acima 360	Total		
Capital de giro	20.950	9.351	38.854	88.092	57.655	360.609	575.511	697.801
Financiamento - BNDES	—	—	—	—	61.689	17.005	78.694	11.374
Financiamento - Finame	—	—	—	—	527	8.147	8.674	9.422
Títulos com característica de concessão de crédito (nota 11)	—	14.849	—	—	—	—	14.849	6.098
Adiantamento sobre contrato de câmbio - ACC (nota 10)	—	24.250	16.381	51.499	5.152	—	97.282	1.575
Créditos para Avais e Fianças Honradas	—	23.581	—	—	—	—	23.581	—
Total	20.950	72.031	55.235	139.591	125.023	385.761	798.591	726.270

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	2015				2014			
	Faixa de provisão	Curso	Provisão Prudencial	Curso	Faixa de provisão	Curso	Provisão Prudencial	Curso
	- % Vencido	normal	Provisão (*)	normal	- % Vencido	normal	Provisão	normal
AA	—	806	—	—	—	63.485	—	—
A	0,5%	109.370	547	—	—	123.895	619	—
B	1,0%	541.351	5.413	—	—	456.855	13.801	—
C	3,0%	93.182	2.795	5.752	—	82.035	2.461	—
F	50,0%	10.475	44.531	22.265	—	—	—	—
H	100,0%	—	9.351	9.351	—	—	—	—
Total	10.475	798.591	40.371	5.752	—	726.270	16.881	—

(*) Em dezembro de 2015, a Administração decidiu por reforçar a provisão de crédito de forma prudencial para determinado setor para fazer face aos possíveis impactos do cenário econômico atual e seus reflexos para o Banco.

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2015	2014
Saldo no início do exercício	(16.881)	(5.906)
Provisão constituída	(71.612)	(11.215)
Reversão de provisão	—	240
Baixa perda	42.370	—
Saldo ao final do exercício	(46.123)	(16.881)

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, houve aquisição de crédito, sem coobrigação, cujo saldo a receber em aberto é de R\$ 14.849. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 houve aquisição de crédito, sem coobrigação, cujo saldo a receber em aberto era de R\$ 6.098. Não houve recuperações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2015	2014
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	113.673	1.762
Direitos sobre venda de câmbio	85.452	—
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9.a)	1.481	—
Total	200.606	1.762
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	84.331	—
Obrigações por compras de câmbio	102.000	1.594
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 9.a)	(95.801)	(1.575)
Total	90.530	19

A carteira de câmbio, em 2015 e 2014, possui prazo de até 9 meses.

11. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2015	2014
Títulos de crédito a receber (nota 9.a)	14.849	6.098
Crédito tributário de IR e CSLL (nota 19.b)	73.717	13.641
Impostos e contribuições a compensar	2.017	2.152
Pagamentos a ressarcir	40	67
Adiantamento e antecipações salariais	120	169
Depósitos judiciais	2.056	1.296
Valores a receber de Sociedades Ligadas (nota 21.b)	67	85
Outros	299	135
Total	93.165	23.643
Circulante	66.311	13.526
Realizável a longo prazo	26.854	10.117

12. RENDAS A RECEBER

	2015	2014
Comissões por garantias prestadas a receber	3.041	1.496
Serviços prestados a receber de sociedades ligadas (nota 21.b)	—	113
Serviços prestados a receber (a)	566	1.857
Outras rendas a receber (b)	6	1.332
Total	3.613	4.798
Circulante	2.328	4.798
Realizável a longo prazo	1.285	—

(a) Refere-se, principalmente, a comissões a receber pela prestação de serviços de assessoria financeira. (b) Referem-se a comissões sobre garantia de operações em moeda estrangeira.

13. INVESTIMENTOS**(a) Participação em controlada**

	2015	2014
Dados da controlada	CGD Investimentos	CGD Investimentos
Capital social	104.339	104.339
Patrimônio líquido	1.110	14.364
Prejuízo líquido no exercício para fins de equivalência patrimonial	(13.253)	(24.324)
Participação societária	50%	50%
Valor de investimento em controlada por equivalência patrimonial	555	7.182
Total do investimento	555	7.182
Resultado de equivalência patrimonial no exercício	(6.627)	(12.162)

(b) Movimentação dos investimentos

	2015	2014
CGD Investimentos	CGD Investimentos	
Saldo inicial	7.182	55.589
Resultado da participação em controlada	(6.627)	(12.162)
Baixa de ágio (nota 25) (*)	—	(33.633)
Amortização de ágio (nota 25)	—	(2.612)
Saldo ao final do exercício	555	7.182

(*) Em 31 de dezembro de 2014, a Administração do Banco, ao avaliar o ágio referente à participação direta de 50% no capital social da CGD Investimentos, decidiu pela sua baixa por "impairment", no montante de R\$ 33.633, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.566/08.

(c) Informações adicionais sobre o investimento em controlada

A Corretora encerrou o exercício de 2015 com um resultado negativo de R\$ 13.253 (R\$ 24.324 em 2014), o que implicou em que o Banco registrasse no período equivalência patrimonial negativa de R\$ 6.627 (R\$ 12.162 em 2014), correspondente à sua participação de 50%, à qual se adicionam, em 2014, os custos de amortização e da baixa ágio decorrentes do processo de aquisição de R\$ 2.126 e 33.633, respectivamente. Como consequência, o resultado consolidado do Banco para o exercício de 2015 foi negativo de R\$ (27.621) (40.996 em 2014). A CGD Investimentos possui contingências tributárias cujas perdas foram avaliadas pelos assessores legais como possível.

14. IMOBILIZADO DE USO

Está representado por

	Taxa anual depreciação	2015			2014		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Instalações, móveis e equipamento de uso	10%	2.864	(496)	2.368	1.789	(731)	1.058
Comunicação	10%	303	(167)	136	303	(137)	166
Processamento de dados	20%	1.065	(248)	817	259	(197)	62
Veículos	20%	2	(2)	-	2	(2)	-
Total		<u>4.234</u>	<u>(913)</u>	<u>3.321</u>	<u>2.353</u>	<u>(1.067)</u>	<u>1.286</u>

15. INTANGÍVEL

Está representado por licenças de uso de softwares destinados à manutenção das atividades do Banco, ou exercidos com essa finalidade, como segue:

Taxa anual amortização	2015		2014	
	Custo	Amortização acumulada	Custo	Amortização acumulada
20%	1.665	(1.138)	1.322	(1.002)
		Valor líquido		Valor líquido
		527		320

16. CAPTAÇÕES

a) Depósitos

	2015		2014	
	Depósitos	Valor	Depósitos	Valor
Depósitos à vista	10.551	8.768	319.249	304.731
Depósitos a prazo				
De 1 a 90 dias	91.596	22.094	161.641	129.150
De 91 até 360 dias	66.012	153.487	169.195	288.077
A vencer após 360 dias	169.195	288.077	498.995	601.576
Depósitos interfinanceiros	169.195	288.077	432.983	448.089
De 1 a 90 dias	169.195	288.077	498.995	601.576
Total de depósitos	432.983	448.089	66.012	153.487
Circulante	66.012	153.487		
Exigível a longo prazo				

Os depósitos a prazo e interfinanceiros com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 477.752 (R\$587.677 em 2014), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 95,5% a 113,8% (de 98% a 113,8% em 2014). Os depósitos a prazo com taxas prefixadas, no montante de R\$ 10.692 (R\$ 5.131 em 2014), apresentam taxas ao ano que variam de 12,72% a 18,37% (9,19% a 14,79% em 2014).

b) Captações no mercado aberto

	2015		2014	
	De 1 a 90 dias	Total	De 1 a 90 dias	Total
Carteira própria				
Debêntures	67.637	67.637	55.160	55.160
Carteira terceiro				
Notas do Tesouro Nacional - NTN	20.061	20.061	-	-
Total captações no mercado aberto	<u>87.698</u>	<u>87.698</u>	<u>55.160</u>	<u>55.160</u>

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

Representado por letras financeiras, letras de crédito agrícola e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 175.681 (R\$ 73.953 em 2014) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 91,5% a 115,5% (95% a 115,5% em 2014). As letras financeiras, letras de crédito agrícola e as letras de crédito imobiliário com taxas prefixadas, no montante de R\$ 6.187 (R\$ 7.827 em 2014), apresentam taxas ao ano que variam de 11,76% a 15,10% (10,19% a 15,10% em 2014).

d) Obrigações por repasses do país - Instituições Oficiais

Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim e operações de Finame nos montantes de R\$ 77.908 (R\$ 11.347 em 2014) e R\$ 8.655 (R\$ 9.408 em 2014), respectivamente, com prazo de vencimento de 2016 a 2024.

e) Obrigações por empréstimos no exterior

	2015		2014
	USD	Reais	Reais
Empréstimo no Exterior			
Grupo Caixa Geral de Depósitos - Objeto de Hedge (*)	113.000	444.529	237.891
Grupo Caixa Geral de Depósitos	25.037	98.338	-
International Finance Corporation - IFC	-	67.507	67.362
Outros Bancos	<u>15.700</u>	<u>61.494</u>	-
Total		<u>671.868</u>	<u>305.253</u>

(*) Estas operações foram objeto de "hedge", descritos na nota 7.g.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias

	2015	2014
Depósitos para garantia de patrimônio líquido (*)	171	171
Total	<u>171</u>	<u>171</u>

(*) Representado por valores recebidos no País por conta e ordem da controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A.

b) Fiscais e previdenciárias

	2015	2014
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota 18.a)	2.048	1.344
Impostos e contribuições a recolher	8.046	10.104
Impostos e contribuições diferidos (nota 19.c)	16.453	12
Total	<u>26.547</u>	<u>11.460</u>
Circulante	24.499	10.116
Exigível a longo prazo	2.048	1.344

c) Diversas

	2015	2014
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 21.b)	65	38
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	2.869	2.358
Provisão para despesas de pessoal	5.940	9.648
Fornecedores a pagar	680	541
Outras	976	1.664
Total	<u>10.530</u>	<u>14.249</u>
Circulante	7.881	11.891
Exigível a longo prazo	2.649	2.358

(*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$ 554.709 (R\$ 612.944 em 2014) (nota 28.a), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$ 2.869 (R\$ 2.358 em 2014), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Nível	Faixa de provisão - %	2015		2014	
		Curso normal	Provisão	Curso normal	Provisão
AA	-	164.401	-	315.904	-
A	0,50%	213.729	1.069	199.939	1.000
B	1,00%	176.579	1.800	77.744	777
C	3,00%	-	-	19.357	581
Total		<u>554.709</u>	<u>2.869</u>	<u>612.944</u>	<u>2.358</u>

18. PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração, substanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09 (nota 18.c). Assim, o Banco, em 2015 possui provisões para contingências de natureza fiscal, no montante de R\$ 2.048. Em 2014, o Banco possuía provisões para contingências de natureza fiscal - fiscais e previdenciárias - no montante de R\$ 1.344, as quais estão registradas nas rubricas "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias".

a) Obrigações legais e contingências fiscais

O Banco é parte em processos administrativo e judicial de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre juros sobre o capital próprio deduzido da base de cálculo do ano de 2011, na compensação de Prejuízo Fiscal IRPJ 2010 e de ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no montante total de R\$ 2.243 que são caracterizados como passivos contingentes e cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pelos advogados externos.

Descrição	2015		2014	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Obrigações legais:				
ISS (i)	2.048	2.048	1.272	1.272
Subtotal	2.048	2.048	1.272	1.272
Contingências fiscais:				
ISS (ii)	-	-	-	1.759
IRPJ	-	-	72	-
Subtotal	-	-	72	1.759
Total	<u>2.048</u>	<u>2.048</u>	<u>1.344</u>	<u>3.031</u>

(i) Refere-se ao valor do ISS controverso sobre garantias e fianças prestado a clientes relativo ao exercício de 2012, de 2013, 2014 e de 2015 no montante de R\$ 2.048, cujos assessores jurídicos classificaram como perda possível.

(ii) Refere-se a processo sobre base de cálculo de ISS do município do Rio de Janeiro. O Banco deu em garantia da execução fiscal deste processo Letras Financeiras do Tesouro - LFT no montante de R\$ 1.759 em 2014. Na opinião dos assessores jurídicos a contingência para este processo é remota.

b) A movimentação das provisões passivas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é a seguinte:

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências cíveis	Sucumbências cíveis	Total
Saldo em 31/12/2013	776	110	182	1.068
Constituição (nota 27.b)	568	-	-	568
Baixa (nota 27.a)	-	(110)	(182)	(292)
Saldo em 31/12/2014	1.344	-	-	1.344
Saldo em 31/12/2014	1.344	-	-	1.344
Constituição (nota 27.b)	777	-	-	777
Reversão	(56)	-	-	(56)
Baixa	(17)	-	-	(17)
Saldo em 31/12/2015	2.048	-	-	2.048

c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é o seguinte:

	2015				2014			
	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Perdas Possíveis	4.292	2.048	7.156	-	1.713	1.344	1.023	-
Remotas	740	-	-	-	740	-	-	-
Total	5.032	2.048	7.156	-	2.453	1.344	1.023	-
Quantidade	6	-	2	-	5	-	1	-

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados

	2015		2014
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes da tributação sobre o lucro líquido da participação no lucro	(51.828)	(55.253)	(33.975)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% (15% até 31 de agosto de 2015) respectivamente	23.494	24.864	13.590
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:			
Despesas com gratificações e benefícios	(120)	(201)	(1.164)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.288)	(2.982)	(4.865)
Amortização do Ágio	-	-	(14.498)
Outros	2.788	2.548	(84)
Resultado de imposto de renda e da contribuição social do semestre/exercício	24.874	24.229	(7.021)

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Administração do Banco mantém créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 73.717 (R\$ 13.641 em 2014), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de base tributária positiva no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.535/08. A Lei nº 13.169/15, que altera a Lei nº 7.689/88, eleva a alíquota da contribuição social para 20% sobre o lucro líquido referente ao período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Em função desta alteração, os créditos tributários de contribuição social foram constituídos da seguinte forma:

(i) Aplicando-se a alíquota de 15% sobre as adições e exclusões temporárias apuradas até a data de 31 de agosto de 2015 e sobre aquelas que estimam-se realizar no período posterior a 31 de dezembro de 2018; e

(ii) Alíquota de 20% sobre as adições e exclusões temporárias que estimam-se realizar no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Em 30 de setembro de 2015 foi constituído o montante adicional de R\$ 2.470, referente à diferença entre as alíquotas de 15% e 20%, sobre as adições e exclusões temporárias que estimam-se realizar no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	2015	2014
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	23.386	7.060
Marcação a Mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e empréstimo no exterior	46.837	2.388
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	85	2.705
Provisão para contingências fiscais	819	537
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	1.277	943
Outros	1.313	8
Total	73.717	13.641

c) Composição de obrigações diferidas

	2015	2014
Ajuste a valor de mercado - Futuros DDI/DI (*)	(16.246)	-
Ajustes de marcação a mercado títulos disponíveis para venda	(207)	(12)
Total de obrigações diferidas	(16.453)	(12)

(*) Provisão para impostos e contribuições diferidos foi apurada pelos resultados da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos futuros e dos títulos e valores mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de Dezembro de 2014		Constituição/ (realização)	Saldo em 31 de Dezembro de 2015
Provisão para contingências fiscais	537	282		819
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	2.705	(2.620)		85
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	943	334		1.277
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.060	16.326		23.386
Ajuste de marcação a mercado Títulos e Valores Mobiliários, instrumentos financeiros e empréstimos	605	35.475		36.080
Ajuste de marcação a mercado Títulos disponíveis para venda	1.783	8.974		10.757
Outras	8	1.305		1.313
Saldo de créditos tributários	13.641	60.076		73.717
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(16.246)		(16.246)
Ajustes de marcação a mercado títulos disponíveis para venda	(12)	(195)		(207)
Saldo de obrigações diferidas	(12)	(16.441)		(16.453)

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas

Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Créditos tributários	46.871	6.515	14.658	3.300	2.373	73.717
Obrigações diferidas	16.453	-	-	-	-	16.453

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$ 64.787 e R\$ 14.289, respectivamente.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, totalmente subscrito e integralizado está representado por 1.073.170 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$ 400.000.

b) Dividendos

Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária. Na Assembleia Geral Ordinária de 27 de março de 2014, foi deliberado a transferência da totalidade do saldo registrado em reserva de expansão para a reserva especial de lucros e, posteriormente, a absorção do prejuízo com essa reserva e com a reserva legal.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

O Conselho de Administração aprovou um novo plano de remuneração fixa e variável aplicável aos diretores estatutários em conformidade com as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional. Os membros do Conselho de Administração recebem apenas remuneração fixa. O novo plano tem como principais



objetivos:

(i) alinhar a política de gestão de riscos com a remuneração dos Administradores do BCG-Brasil; (ii) não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo BCG-Brasil; (iii) motivar os Administradores a promover e suportar o crescimento do negócio, bem como os demais interesses dos acionistas; (iv) direcionar os Administradores no que tange aos principais objetivos de curto e de longo prazos; e (v) estabelecer formas de pagamento da remuneração variável atreladas à performance futura e à perenidade do negócio. A remuneração definida no plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado; (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (v) o desempenho individual dos Administradores com base em metas definidas para cada administrador; (vi) o desempenho da unidade de negócios; e (vii) o desempenho do Banco como um todo. **A remuneração variável será calculada: (a)** 50% (cinquenta por cento) a ser paga em espécie, em até 60 (sessenta) dias após a apuração dos resultados do exercício pertinente; **(b)** 10% (dez por cento) a ser pago em espécie, em até um ano do exercício pertinente, devendo esse valor ser calculado com base na variação ocorrida no valor contábil do patrimônio líquido do BCG-Brasil nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, livre dos efeitos das transações realizadas com os proprietários, considerando os balanços publicados (os itens 'a' e 'b' serão considerados, em conjunto, "Remuneração Variável Direta"); **(c)** 40% (quarenta por cento) a ser pago em espécie, de forma diferida considerando que o Banco é empresa de capital fechado, não possui ações negociadas no mercado e não emite instrumentos baseados em ações ("Remuneração Variável Diferida"). O direito ao recebimento a cada uma das parcelas da Remuneração Variável Diferida fica sujeito ao risco de perda total ou parcial no caso de redução significativa do lucro recorrente realizado ou de ocorrência de resultado negativo do Banco ou da unidade de negócios nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao seu pagamento, observado, ainda, em caso de desligamento dos Administradores. No exercício findo em 31 de dezembro 2015, foi pago aos Administradores o montante de R\$ 2.676 (R\$ 3.631 em 2014), considerando salários, encargos e benefícios. **b) Transações com partes relacionadas:** As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal. As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	Grau de relação	2015		2014	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	2.402	-	539	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez					
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	-	-	-	1
Instrumentos financeiros derivativos					
CGD Investimentos, CVC	Controlada	-	-	67	(5.235)
Outros créditos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	52	-	85	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	15	-	15	-
Sucursal Grand Cayman	Ligada	-	-	98	-
Investimento - participação em coligadas e controladas					
CGD Investimentos, CVC	Controlada	555	(6.627)	7.182	(12.162)
Depósitos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(7)	-	(7)	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	(6.180)	(772)	(5.858)	(364)
CGD Investimentos, CVC	Controlada	(4.277)	(1.632)	(25.885)	(3.187)
Obrigações por empréstimo no exterior					
Caixa Geral de Depósitos - New York (nota 16.e)	Ligada	(472.084)	-	(237.891)	(24.863)
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa (nota 16.e)	Controladora	(70.783)	(280)	-	-
Outras obrigações - Sociais e Estatutárias					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(171)	-	(171)	-
Outras obrigações diversas					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(65)	-	(37)	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	-	-	(1)	-
Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações					
Banco Nacional Ultramarino	Ligada	-	1.436	-	1.436
Caixa Geral de Depósitos - Grand Cayman	Ligada	-	396	-	396
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	-	756	-	756

O Banco assinou, em 29 de dezembro de 2011, um contrato de linha de crédito de liquidez *standby* no montante de EUR 120.000 (nota 28.d) junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, com vigência até dezembro de 2012. A referida linha de crédito de liquidez foi renovada em 08 de dezembro de 2015 pelo período de um ano, vencendo em 27 de dezembro de 2016.

22. LIMITES OPERACIONAIS - ÍNDICE DE BASEILEIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência - PR compatível com os riscos de suas atividades, superior a 11% do Patrimônio Exigido - PRE. O PRE é calculado em conformidade com a Resolução CMN nº 3.490/07, o qual abrange os riscos de crédito, risco de mercado e risco operacional.

a) Índice da Basileia

	2015	2014
Risco de crédito - PEPR	172.644	179.262
Riscos de mercado - PCAM, PJURs e PACS	18.542	6.895
Risco Operacional - POPR	17.917	18.073
Patrimônio de referência exigido - PRE	209.103	204.230
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	312.766	361.102
Índice da Basileia (*)	16,45%	19,45%

(*) O índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC.

b) Limites de imobilização

As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2015 este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 2,0% (1,9% em 2014).

23. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Banco possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, homologado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo. As premissas gerais deste programa consistem em:

(a) Performance do Grupo CGD;

(b) Performance do Banco no Brasil; e

(c) Performance individual através da avaliação de competências e cumprimento de metas. Em 31 de dezembro de 2014, a Administração deliberou pelo reforço de provisão no montante R\$ 6.602. A referida provisão foi registrada como "Despesas de pessoal".

24. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro 2015 e de 2014 estão assim representadas

	2015		2014
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Comissão de estruturação e assessoria em operações	1.054	5.426	11.008
Rendas garantias prestadas	6.778	12.737	10.488
Outras	563	1.641	5.686
Total de receitas de prestação de serviços	8.395	19.804	27.182

25. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 31 de dezembro 2015 e de 2014 estão assim representadas

	2015		2014
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	4.052	7.019	6.285
Aluguel	1.859	3.215	3.073
Serviços técnicos especializados	1.279	2.378	2.379
Depreciação e amortização (*)	230	458	36.754
Serviços do sistema financeiro	1.075	2.112	1.876
Viagens	337	738	596
Publicações	106	330	446
Seguros	65	184	114
Manutenção e conservação de bens	357	555	358
Comunicação	234	584	699
Vigilância e segurança	155	313	298
Serviço de terceiros	276	452	440
Transportes	98	148	112
Água, energia e gás	101	213	139
Comissões pagas	165	835	590
Outras	534	1.315	1.592
Total	10.923	20.849	55.751

(*) Inclui amortização e baixa total do ágio no montante de R\$ 36.245 em 2014 (nota 13.b).

26. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro 2015 e de 2014 estão representadas por

	2015		2014
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de contribuição ao COFINS	3.500	5.720	4.067
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	81	353	843
Despesas de contribuição ao PIS	569	930	661
Outras	159	184	56
Total de despesas tributárias	<u>4.309</u>	<u>7.187</u>	<u>5.627</u>

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais	2015		2014
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de encargos e despesas	15	65	74
Variação monetária ativa	407	554	248
Rendas de títulos e créditos a receber	648	1.090	775
Descontos obtidos	389	395	117
Reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas (nota 18.b)	-	56	292
Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	183	184	376
Outros	217	217	149
Total	<u>1.859</u>	<u>2.561</u>	<u>2.031</u>

b) Outras despesas operacionais

	2015		2014
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Processos fiscais (nota 18.b)	414	777	568
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	-	695	-
Devolução de comissão	-	-	181
Multas e juros	22	152	14
Variação monetária passiva	-	-	1
Outras despesas	191	194	82
Total	<u>627</u>	<u>1.818</u>	<u>846</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>1.232</u>	<u>743</u>	<u>1.185</u>

28. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Avais e fianças: Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

Descrição	2015	2014
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas (nota 17.c)	554.709	612.944

b) Benefícios a empregados

A partir do ano de 2010, o Banco passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto os mesmos forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o montante de contribuição é de R\$ 186 (R\$ 244 em 2014) e foi registrado como despesa de pessoal.

c) Contratos de seguros

O Banco possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R\$ 13.824 (R\$ 14.203 em 2014). E o período de cobertura se estende até julho de 2016.

d) Linha de crédito com a matriz

O Banco assinou em 29 de dezembro de 2011 com a Caixa Geral de Depósitos S.A., contrato de linha de crédito de liquidez no montante de EUR 120.000. Em 08 de dezembro de 2015, o contrato foi renovado pelo prazo de um ano, podendo ser renovado anualmente.

 A Diretoria

 Controller: Lúcio Fábio Tavares Garcia - CRC 1SP223923/0-4

 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Banco, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo Luis Teixeira Santos

Contador - CRC nº 1 PR 050377/O-6

Deloitte.